

População em situação de rua: uma análise das estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

Ricardo William Guimarães Machado

Faculdade Redentor

wpgerj@gmail.com

Resumo

Este artigo é fruto de reflexões teóricas obtidas durante um longo período de estudos e pesquisas acerca da temática da população em situação de rua no Brasil. O objetivo principal se expõe na busca, sintética e mais abrangente, de caracterizar as nuances deste grupo populacional na sociedade brasileira. Partiu-se de uma abordagem mais teórica e reflexiva, acessando fontes bibliográficas de autores contemporâneos que buscam compreender tal tema. Além disso, a revisão literária procurou seguir uma linha de pensamento apoiada na teoria social crítica, ponderando as análises sob um viés crítico e analítico. Com principal pressuposto, entendemos que a população em situação de rua se apresenta na sociedade brasileira de forma complexa, amplamente afetada pelas expressões da questão social, decorrentes das transformações societárias presentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Sociedade Brasileira; Questão Social..

Homeless population: an analysis of the determinant and conditioning structures around this expression of the social question

Abstract

This article is the result of theoretical reflections obtained during a long period of studies and research on the theme of homeless people in Brazil. The main objective is set out in the synthetic and broader search to characterize the nuances of this population group in Brazilian society. It started from a more theoretical and reflexive approach, accessing bibliographic sources of contemporary authors who seek to understand this theme. In addition, the literary review sought to follow a line of thought based on critical social theory, weighing the analysis under a critical and analytical bias. With the main assumption, we understand that the homeless population presents itself in Brazilian society in a complex way, largely affected by the expressions of the social issue, resulting from the societal transformations present in contemporary times.

Keywords: Homeless People; Brazilian Society; Social Issue.

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

Introdução

Neste trabalho, voltamo-nos a construir um balanço sobre este segmento, considerando-se as particularidades desta população, os problemas sociais envolvidos e sua relação com as particularidades da sociedade brasileira. Além disso, vamos nos preocupar em abordar as manifestações contemporâneas da questão social e demonstrar como elas se interposicionam na dinâmica da População em Situação de Rua (PSR).

Pobreza, exclusão social, desigualdade, invisibilidade, violência, preconceito. Marcas que rodeiam uma grande parcela da sociedade e que existem por diversos fatores. Quando investigamos cientificamente as particularidades históricas e fundamentais da questão social, adentramos num contexto macroestrutural, onde não se pode considerar fatos isolados, mas entender o processo dinâmico e totalizante em que se inserem as relações sociais vigentes em nossa sociedade.

Muito se ouve sobre as variadas denominações acerca da PSR, por exemplo, mendigos, pedintes, migrantes, etc. Embora disponhamos de uma política nacional que a conceitue legalmente, ainda encontramos diversas figurações ultrajantes e injuriosas baseadas no senso comum, ou seja, sem o rigor científico necessário para uma compreensão e designação adequada de quem compõe esse grupo populacional.

A Política Nacional para População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto presidencial n. 7.053/2009, dispõe de um conceito que compreende e engloba as pessoas que utilizam as ruas como meios/estratégias de (sobre) vivência, além de dar outras providências.

Compreendemos que há um grande contingente de pessoas que se concentram nos grandes centros urbanos, que se reduzem a situação de miséria por conta das complicações existentes no mundo do trabalho de hoje, acirrado pela intensa competitividade da produção capitalista. Há de se notar que essas pessoas se vinculam com a rua como espaço de convívio se adaptando ao molde urbano, integrando-se ao fenômeno urbano.

O contexto apresentado nos coloca a entender a dinâmica das parcelas amplamente desfavorecidas da sociedade que fazem uso dos logradouros, praças públicas e viadutos, um público desprovido, total ou parcialmente, de renda, moradia e laços familiares. Apresentamos a PSR, que enfrentam de forma mais assídua a desigualdade existente no Brasil e que atenuam a extrema pobreza. Silva (2009) apresenta, em conformidade com a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), a conceituação deste segmento:

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

Grupo populacional heterógeno constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não-referência de moradia regular (SILVA, 2009, p. 135).

Boa parte da sociedade ainda reproduz um comportamento retrógrado, conservador e antidemocrático, que ignoram a condição da pessoa humana estabelecendo um rebaixamento dessas pessoas a invisibilidade, à limpeza urbana, ao recolhimento, a criminalização e a desumanização. No campo da resistência, a sociedade intervém de duas formas junto às pessoas em situação de rua. De um lado, através da caridade e ações filantrópicas. Em contraponto, ainda se experimenta a violência e o repúdio, tratando esses indivíduos como lixo humano.

Portanto, é preciso obter uma compreensão aprofundada e fundamentada sobre o fenômeno PSR. Assim, é necessário entender sua estrutura e apresentação nos dias atuais, suas particularidades e especificidades, que se materializam como expressões da questão social.

Perfil da população em situação de rua no Brasil

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua¹ (META, 2008), cerca de 31 mil pessoas estão em risco social no Brasil, considerando que este levantamento foi feito entre os anos de 2007 e 2008. Segundo a pesquisa de Natalino (2016), esse quantitativo triplicou até 2015, estimando mais de 100 mil pessoas em situação de rua no Brasil.

Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total). Ou seja, a população em situação de rua se concentra fortemente em municípios maiores (NATALINO, 2016, p. 25).

O perfil desse grupo é predominante masculino, sendo uma pequena parcela mulheres; a faixa etária que prevalece vai de 25 a 44 anos; declaram-se, em sua maioria, pretos e pardos, sendo pequeno o quantitativo de brancos, ou seja, há uma predominância de

¹ Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

negros; a escolaridade varia de ensino fundamental incompleto para ensino médio incompleto, existindo uma boa parte de analfabetos; e os níveis de renda giram em torno de R\$20 à R\$80 por semana.

Ainda de acordo com a pesquisa supracitada, as principais razões que levam as pessoas a entrarem em situação de rua podem ser sintetizadas no seguinte trecho:

problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%)” (Meta, 2008, p. 7). Entretanto, há uma correlação entre essas hipóteses, que ainda são envolvidas por outras casualidades que “encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão, expulsão, desenraizamento e privação (BRASIL, 2008, p.3).

A Política Nacional de Inclusão Social para População de Rua (BRASIL, 2008) aponta que os fatores que deflagram a propagação do risco social são de diversas espécies, tais como:

fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). [...] está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua. (BRASIL, 2008, p.3)

Ainda de acordo com a política mencionada, devido à falta de apoio familiar, as pessoas em situação de rua, em boa parte, possuem histórico institucional, a exemplo citamos casas de recuperação para dependentes químicos, abrigos institucionais, casas de detenção e de cumprimento de medida socioeducativa, hospitais psiquiátricos, orfanatos, etc. os vínculos familiares variam entre contatos enfraquecidos, sem contato, mas com referência familiar, e sem contato e sem referência familiar.

Mesmo enquadrados em situação de rua, esses sujeitos, em grande parte, exercem prática laboral. Destaca-se que “70,9% exercem alguma atividade remunerada. tais como catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%)” (META, 2008, p. 10).

Entretanto, existem ainda os pedintes que se caracterizam pela mendicância, porém é minoria, composta por 15,7% da população em situação de rua, desqualificando o preconceito existente na generalização desse grupo. Em matéria de ocupação profissional,

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

mesmo considerando que estes não estejam na economia formal de trabalho, ou que já tenham tido experiência passada, “destacam-se aquelas vinculadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%)” (META, 2008, p. 10).

A questão da saúde é outro preocupante nesta população. Os problemas de saúde mais frequentes são: “hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%).” (META, 2008, p. 11). Quanto à rede de serviços de saúde, esta população tem os postos de saúde básica e os hospitais de emergência como principais vias de atendimentos às suas necessidades que vão de medicamento a tratamentos graves como HIV, Tuberculose ou até mesmo caso de violência.

O que dificulta o acesso aos serviços de saúde, e não exclusivamente nesta área, é a falta de documentação. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, cerca de “24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania” (META, 2008, p. 11). Entretanto, consta que apenas 21,9% desses indivíduos possuem a documentação completa. Outro fato importante se dá sobre o acesso a programas governamentais, onde 88,5% dessa população não é coberta por benefícios sociais. “Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%)” (META, 2008, p. 12).

O espaço da rua é qualificado como um lugar dinâmico, onde se estabelece a relação entre público e privado, resultante da apropriação desse meio de acordo com as necessidades do indivíduo. A pessoa que, devido às complicações de uma vida segmentada de preconceito, discriminações, falta de preparo educacional e profissional e quebra de laços familiares, entre outras mazelas, enxerga a rua como única saída para seus problemas, visando o total isolamento da vida social.

Esse segmento da sociedade sofre muitas discriminações por viver na rua por parte das pessoas que não conhecem sua situação de vida, agindo com violência e aversão. O cerceamento da liberdade de ir e vir foi o maior índice encontrado nas entrevistas desta pesquisa. Foi constatado no período de 2007 a 2008 entre os participantes que a PSR sofre com os seguintes impedimentos que resultam na discriminação e no preconceito. Entrar em estabelecimentos comerciais, entrar em shoppings, transportes coletivos, bancos, órgãos públicos são alguns exemplos indicados. Com isso, a PSR tem sua integridade mental e emocional abalada, se sentindo cada vez mais afastada e impedida de participar do sistema

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

societário.

Nas duas últimas décadas é possível notar no Brasil um crescente aumento de políticas públicas voltadas a este segmento da população, assim como um aumento nos estudos a respeito desta condição de exclusão social. Este aumento é fruto do significativo e alarmante aumento da população de rua nas principais capitais do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro (COSTA *et al.*, 2010, p. 2).

Por ser uma população tão dinâmica e diversificada, necessita de políticas e programas para atender as necessidades básicas para sua sobrevivência. Segundo Argiles e Silva (2011), há um déficit na cobertura de atendimento a estes indivíduos. Cerca de 88,5% da população em situação de rua não recebem auxílios governamentais, sendo os benefícios mais acessados por estes indivíduos a aposentadoria, o programa bolsa família (PBF) e o benefício de prestação continuada (BPC).

A ausência de políticas, programas e projetos implementados pelo setor público abrem espaço para ações que só deterioram a condição das pessoas em situação de rua. Em boa parte dos governos são executadas práticas higienistas e repressivas onde há o recolhimento e/ou remoção desses indivíduos para locais afastados, abrigos inadequados, sem um trabalho necessário para sua recuperação.

Desta forma, podemos compreender de forma geral como a população em situação de rua se caracteriza de forma precarizada e complexa, porém, ainda, resistem ao processo de exclusão social, lutando junto a movimentos e instituições de cidadania em defesa dos seus direitos.

Contextualizando o fenômeno população em situação de rua

De acordo com Silva (2009), as expressões da questão social na atualidade demarcam um panorama de problemas de cunho socioeconômico, além de precariedades nos contextos familiares e desafios para uma sociabilidade justa e democrática. Um dos empecilhos gerados pela massiva influência do sistema social vigente é a inserção de pessoas em risco social à situação de rua.

O fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas que se desenvolvem a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão da questão social. Na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, advindas principalmente da reestruturação produtiva, o

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

aprofundamento do desemprego e do trabalho precário consubstanciam a expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, dessa forma, propiciam a elevação dos níveis de pobreza. Nesse contexto, cresce o fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa (SILVA, 2009, p. 27).

O espaço da rua é qualificado como um lugar dinâmico, onde se estabelece a relação entre público e privado, resultante da apropriação desse meio de acordo com as necessidades do indivíduo. A pessoa que, devido às complicações de uma vida segmentada de preconceito, discriminações, falta de preparo educacional e profissional e quebra de laços familiares, entre outras mazelas, enxerga a rua como única saída para seus problemas, visando o total isolamento da vida social.

Pereira e Siqueira (2009) chamam atenção para a discussão em volta das terminologias utilizadas para definir o fenômeno da situação de rua. Eles defendem que

o termo é uma síntese da visão defendida acerca do fenômeno, podendo estabelecer relações com diferentes facetas da vida desta população como: condição de moradia, atividades econômicas, processualidade do fenômeno, entre outras (PEREIRA; SIQUEIRA, 2009, p. 1).

Em muitos estudos e pesquisas, encontramos a utilização do termo “morador de rua”, designando as pessoas que utilizam do espaço público como moradia fixa. Assim, o morador de rua se torna parte da rua e com ele o valor atribuído das pessoas excluídas do sistema social e o peso do estigma e da desesperança. Quando se pensa num morador de rua, logo vem a ideia de uma pessoa sem recursos necessários para se manter na sociedade e se abriga nas esquinas das ruas, nas marquises dos prédios, em baixo das pontes, em praças públicas, com seus papelões, colchões e carrinhos de supermercado. Esta é a realidade de um morador de rua.

Entretanto, este termo é criticado pelo fato de após grandes pesquisas, com o objetivo de identificar o perfil e as nuances desse grupo populacional, ter sido constatado que muitos indivíduos não moram definitivamente na rua, mas estão transitando por diversas questões, embora não se enquadram no perfil do morador de rua (PEREIRA; SIQUEIRA, 2009).

Se na mídia e na sociedade em geral, a nomenclatura “morador de rua” já é carregada de preconceitos e estigmas, os termos menos técnicos e mais populares como mendigos, pedintes, vagabundos etc., deflagram a gama de deterioração da imagem de pessoa humana, da condição de vida social e psicológica, da autoestima e reputação que estas pessoas

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

possuem. “Esta terminologia mascara os motivos e condições que levam o indivíduo a preferir a sua dignidade em nome da sua sobrevivência e da de sua família, arriscando ser humilhado e punido por isso” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2009, p. 2).

Assim, a terminologia mais adequada, e a mais largamente utilizada nos estudos, pesquisas e até documentos oficiais do Governo, é a população em situação de rua, pois ela não firma nenhum vínculo concreto com a rua, apropriando-se de uma totalidade de indivíduos que se relacionam com a rua de diversas formas. A heterogeneidade de possíveis construções sociais da vida nas ruas serve como elemento para entender as formas e alternativas de sobrevivência e resistência por parte desta população.

A rua pode ter pelo menos dois sentidos: o de se constituir num abrigo para os que, sem recurso, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos, ou banco de jardins ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já tem na rua o seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações. Seria possível identificar três situações diferentes em relação a permanência na rua: ficar na rua – circunstancialmente; estar na rua – recentemente; ser da rua – permanentemente. [...] Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador. O que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992, p. 93-94).

Com a contribuição acima, é preciso se ater as diferentes dimensões da vida nas ruas, tomando como fundamento de que o espaço da rua se comporta como um meio de análise donde as relações de que nela se inserem, substanciadas pelos indivíduos a que dela fazem uso, se tornam o elemento central para compreensão. Dentre as várias dimensões que circulam sobre este fenômeno da situação de rua, vamos nos concentrar nos fatores estruturais que incidem sobre os indivíduos que se submetem às ruas como meio de alternativa à suas fragilidades e vulnerabilidades socioeconômicas e culturais.

Reis e Dutra (2013) postulam que este fenômeno se explica a partir da organização da sociedade capitalista atual, globalizada e sob a égide da financeirização. Senão, tal fenômeno pode ser entendido como expressão da questão social condizente com a contraditória forma em que as relações de produção e reprodução são reguladas pelo capitalismo.

Dessa forma, ela é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora. Como explica Marx, ao lado da acumulação do capital, fruto do desenvolvimento da produtividade do trabalho social, vão sendo tecidos os processos que levam à expropriação dos trabalhadores, assim como à criação de uma superpopulação relativa,

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

supérflua, que é essencial para o desenvolvimento do sistema capitalista. Isso acarreta a produção de uma acumulação de miséria correspondente à acumulação do capital, do que resulta o incremento da pobreza, expressão mais evidente das desigualdades sociais inerentes a esse sistema econômico social (REIS; DUTRA, 2013, p. 2-3).

É necessário analisar o fenômeno da situação de rua como expressão da questão social, considerando a processualidade de sua totalidade, isto é, sem correr o risco de a reduzir apenas à dimensão econômica das relações de produção, mas abarcando toda a reprodução das relações sociais que envolvem tal dinâmica.

Segundo Silva (2009), o fenômeno social que caracteriza a situação de rua dispõe de critérios analíticos objetivos a compreensão deste conjunto, associados diretamente à questão social. Faz-se necessário, então, desenvolver tais critérios para poder chegarmos a uma abordagem mais aprofundada sobre o fenômeno da situação de rua. Sendo assim, utilizaremos os dados apontados pela autora em sua obra.

I - As múltiplas determinações do fenômeno situação de rua

Constituem-se em fatores de diversas ordens que conduzem o indivíduo ou a família a situação de rua. Os três principais são de ordem biográfica, aqueles ligados à história de vida das pessoas, especificamente aos relacionados a questões familiares; de ordem natural decorrentes de desastres naturais; e de ordem estrutural, com já desenvolvido nesta seção, são aqueles ligados à vida em sociedade e sua sociabilidade, regidos pela ordem societária vigente.

Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo. Certo é que o fenômeno não se explica a partir de único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações (SILVA, 2009, p. 105-106).

O que a autora quer mostrar é que tais fatores se correlacionam dinamicamente. A inter-relação entre tais fatores pode acontecer, por exemplo, quando em um momento de desastre natural, uma família perde sua moradia e ao recorrer às instâncias protetivas do governo, não exista programa, projeto ou serviço que a acolha e atenda, e por questões familiares, não tem outro lugar para ir. Assim, a rua se torna o meio de alternativa, num

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

sistema de contradições e processualidade perversas que desestabiliza a condição de indivíduos e famílias.

II - O fenômeno situação de rua como expressão da questão social

Considera-se que o fenômeno situação de rua se comporta como uma expressão da questão social devido à Lei Geral da Acumulação Capitalista que aprofunda e dissemina a exploração do trabalho como forma de manter o sistema produtivo, aprofundando as desigualdades e as inseguranças entre a classe trabalhadora, contribuindo para o aumento do exército industrial de reserva, em que parte deste são as pessoas em situação de rua.

Marx (1984) revela a cruel realidade do processo de acumulação capitalista. Neste processo, o capital é reproduzido em escala ampliada, aprimorando-se em novas tecnologias que garantam sua plena continuidade circulatória. Com isto, a classe trabalhadora se submete à venda de sua força de trabalho na tentativa de acompanhar o movimento do capital, que está sempre se expandindo, a partir da expropriação desta força de trabalho mais precarizada. E dessa forma, "a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua" (MARX, 1984, p. 199), convertida em um verdadeiro "exército industrial de reserva", disponibilizando a boa vontade dos ciclos industriais de contratação e dispensa de funcionários.

Neste contexto, este fenômeno constitui expressão radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza, para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação de vida (SILVA, 2009, p. 116).

A situação de rua como fenômeno latente da questão social não se encerra nas nuances do desemprego e da precarização do trabalho, mas sim dos agravantes derivados desse processo e atenuados pela exacerbação da acumulação capitalista. Com isto, indivíduos e grupos estão vulneráveis à situação de rua não somente por que ficaram desempregados, mas porque sofrem constantemente com as avarias de uma sociedade capitalista: violência, desestabilização familiar, dependência química, etc.

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

III – Situação de rua e a sua concentração nos espaços urbanos

Silva (2009) retrata as razões pelas quais o fenômeno da situação de rua se densifica nos grandes centros urbanos. Trata-se de uma estratégia pela qual as pessoas em situação de rua seguem para as grandes cidades, compreendido por alguns processos.

Nos centros urbanos, a circulação do capital é maior, propiciando para estes indivíduos encontrarem “melhores” condições de subsistência. Lá eles encontram algumas alternativas, ainda que precárias, de gerar renda para comprar comida ou, na pior das hipóteses, consumir seus vícios. Tais alternativas giram em torno dos “bicos” e vão até certas formas de trabalho informal como cooperativas comunitárias de trabalho. Além disso, com a transição de pessoas de forma gradual, as chances de adquirirem esmolas e doações são bem grandes.

As grandes cidades têm uma infraestrutura propositiva para estas pessoas atenderem suas necessidades básicas como alimentação, abrigo, higiene etc., através do sistema público de proteção social ou a partir de ações da sociedade civil organizada como a filantropia, a caridade e as Organizações Não-Governamentais (ONG's). Cabe, também, mencionar a arquitetura urbana que disponibiliza de espaços públicos mais adequados para a moradia como albergues, repúblicas, casas de convivência, além das vias e praças públicas.

IV – Preconceito e discriminação da sociedade sob a situação de rua

A marca da rua parece ser estampada no rosto daqueles que vivenciam a situação de rua e a sociedade reproduz o preconceito e a discriminação pelas diversas denominações a que depositam popularmente a estas pessoas. “Mendigos”, “pedintes”, “vagabundos”, “vadios”, “flagelados”, etc., são alguns exemplos de como estas pessoas recebem uma má conotação somente por não pertencer ao padrão societário. Assim, acompanhado ao preconceito e à discriminação, vem a violência, restando aos indivíduos a dor e o sofrimento que carregam em suas histórias de vida e a desesperança de sair das ruas (SILVA, 2009).

Goffman (1891) aponta que este processo de pré-julgamento das pessoas, que ocasiona nas marcas do preconceito e da discriminação, está associado a manifestação do estigma em nossa sociedade. Estamos acostumados a categorizar as pessoas segundo suas identidades sociais, incluindo-as e excluindo-as dos grupos socialmente estabelecidos. Mas, o autor salienta que o estigma é um perigo a sociabilidade humana e pode-se constatar isso

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

claramente ao visualizar a realidade da PSR.

Assim, a responsabilidade deste fenômeno é internalizada no indivíduo e a criminalização deste grupo é naturalizada como uma aporia à sociedade moderna. O sujeito em situação de rua responde por suas incapacidades, imperfeições e falhas. As respostas do poder público a este “crime” enraizado na desigualdade, muitas vezes, se resumem às práticas higienistas e de recolhimento compulsório, que reduzem pessoas à lixo humano.

V - Situação de rua, território e territorialização

Defendemos a ideia “de que o território se configura como uma unidade relacional na dinâmica do cotidiano de vida das populações” (KOGA; ALVES, 2010, p. 71). Partindo desse pressuposto, pensamos que a vida social se expressa no território, tanto em suas características geográficas de demarcação, quanto nos aspectos sociais em que se exprimem tais relações. Tal realidade é muito complexa e dinâmica, catalisando esferas essenciais como a ação do Estado e a localização das malhas urbanas. Koga e Alves (2010) ainda nos atentam para a existência de uma territorialização excludente. Esta indica uma intervenção estatal desarticulada e pouco efetiva em espaços particulares com altos índices de vulnerabilidade e risco social. A situação de rua se reflete nos diversos espaços territoriais, buscando por meios mais eficazes de acessar seus direitos.

Torna-se importante, então, compreender esses conceitos de território e territorialização na discussão da situação de rua, pois lidamos com indivíduos que se tornam parte do espaço urbano, aumentando o nível de atenção e cuidado na elaboração de políticas públicas para o enfrentamento de suas demandas.

A situação de rua é um fenômeno urbano e, por sua vez, manifesta as particularidades do território em que se insere. Dessa forma, podemos entender que a pessoa que vive nas ruas reflete os hábitos, os valores e as características socioeconômicas, culturais e geográficas do espaço que habita.

No Brasil, um país com dimensão continental, os estudos existentes revelam que algumas particularidades regionais do fenômeno, vinculadas ao território em que o mesmo se manifesta, são bem definidas. Por exemplo, em períodos de inverno rigoroso no sul e sudeste do país há uma menor percepção do fenômeno porque as pessoas por ele atingidas utilizam estratégias para se protegerem do frio, recolhendo-se em albergues ou outros espaços e, algumas vezes, se deslocando, temporariamente, para outras cidades ou regiões. Outro bom exemplo no Brasil, destas particularidades vinculadas ao

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

território é o perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua. No Recife, o fenômeno é caracterizado por um número maior de pessoas jovens do que em São Paulo e Belo Horizonte. Isso reflete uma característica demográfica daquela cidade, com a uma população relativamente jovem, embora em termos percentuais a população idosa seja um pouco maior do que São Paulo e Belo Horizonte. Além disso, as relações com o trabalho e com a família apresentam diferenças entre estas cidades (SILVA, 2009, p. 121).

Assim, entende-se que as pessoas adotam as práticas, culturas e hábitos da localidade de onde se inserem. Sendo assim, quando a região for mais urbana serão reveladas uma população mais exposta aos riscos e inseguranças da cidade grande e uma concentração maior de pedintes. Nas características gerais da população em situação de rua deve ser notada e identificada as particularidades do território o que pode contribuir para sua intervenção.

Koga e Alves (2010) demarcam que a dimensão socioterritorial revela o perfil das vulnerabilidades enfrentadas pelas pessoas que habitam certo território demonstrando a distância entre estes usuários e as políticas públicas existentes na região. Por isso, o território é uma estratégia de desmascaramento da situação de rua, onde os governos locais devem predispor de estrutura necessária e de qualidade para atender tais questões.

VI - Naturalização da situação de rua

Para Silva (2009), a naturalização deste fenômeno é acompanhada da precariedade das políticas sociais e dos estudos científicos acerca da situação de rua, resultando na transformação desta problemática em um processo natural e normal da sociedade que deve ser amenizado e controlado para não interferir na ordem societária.

Em contraposto, ela afirma:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2009, p. 122).

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

O fenômeno da situação de rua, expressão da questão social, deve ser compreendida como parte integrante de uma totalidade da dinâmica societária burguesa, como um produto das contradições geradas pela relação entre trabalho e capital. Para evitar a naturalização desta problemática, sugere-se a intervenção estatal sob as múltiplas determinações deste fenômeno, através de políticas públicas.

VII – A heterogeneidade da população em situação de rua

Esta é uma das principais características que particularizam o grupo populacional, sendo até entendido por alguns autores como “populações” (ESCOREL, 2000). Não há homogeneidade neste grupo, pois são diversas e diferentes as variações de uma pessoa para a outra, elas se encontram em subgrupos específicos onde as atividades, as rotinas e as alternativas se parecem.

[...] as pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento possuem características diversas em relação ao tempo de permanência na rua, às causas imediatas que as conduziram à situação de rua, às relações que estabelecem com o trabalho antes e após a situação de rua e ao perfil socioeconômico (SILVA, 2009, p. 125).

Por exemplo, a população em situação de rua é um conjunto que reúne de pedintes a catadores de materiais recicláveis. Além disso, entre os próprios indivíduos, há diversas variações: são mulheres, homens, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, etc.

VIII – Pobreza e situação de rua.

Adotamos, aqui, a noção de pobreza compreendida pelo método marxista, “como resultante da não distribuição equânime da riqueza socialmente distribuída, mas também da condição de classe desprovida dos meios de produção” (SILVA, 2009, p. 129). De acordo com a autora, entendemos que a pobreza é fator essencial que vincula o fenômeno da situação de rua à estrutura da sociedade capitalista como produto socialmente construído no contexto da exploração da força de trabalho e da formação de um exército industrial de reserva. Assim, a pobreza se torna uma forma de analisar as pessoas em situação de rua considerando às causas estruturais de sua existência e suas respostas/alternativas ao contexto do capital.

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

IX – Família: vínculos e fragilização

Tomando por base a compreensão de família como “encadeamento de relações mutuamente afetivas e protetoras” (SILVA, 2009, p. 130), constata-se, nas literaturas e pesquisas acerca do fenômeno, que a maioria deste segmento possui referência familiar, embora apresentem fragilidades e rupturas. As diversas relações sociais existentes na sociedade que permeiam o núcleo familiar fazem com que os laços possam ser ameaçados, por ordem econômica, por falta de renda/trabalho, incapacidade de custear a alimentação e moradia, complicações por conta de dependência química ou até por conflitos entre os membros como desavenças e intolerâncias.

Dessa forma, a questão familiar é muito importante para problematizar a questão da situação de rua. Por conta de diversos fatores, os vínculos de solidariedade e proteção podem ser fragilizados ou até rompidos, ocasionando na inserção (ou exclusão) de indivíduos, ou até o próprio conjunto familiar, na dinâmica das ruas.

X – Moradia e permanência nas ruas

Para a autora, a ausência de moradia ou de estadia regular, provocando a situação de rua por tempo limitado ou ilimitado, é um indicador a ser ponderado sobre o fenômeno. Pois, o fenômeno não se limita somente às pessoas que fazem das ruas seu espaço fixo de subsistência, mas inclui os múltiplos subsegmento que compõem a população ou “as populações” em situação de rua. Há de se considerar os catadores de materiais recicláveis, os trabalhadores que residem em albergues e repúblicas etc.

Listadas as características e particularidades acerca do fenômeno da população em situação de rua, é possível visualizar a dimensão e as manifestações que envolvem o tal fenômeno, tornando-se possível a análise das expressões da questão social e as respostas criadas para a intervenção em tais problemáticas.

Considerações finais

A população em situação de rua se apresenta na sociedade contemporânea como um grupo inteiramente absorvido pelas mazelas e situações alarmantes, em que se insere a questão social, condicionadas ao espaço da rua como meio de sobrevivência, sem perspectiva

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

de mudança. Uma verdadeira desestruturação da vida social.

No que se refere à população em situação de rua, as características identificadas compõem uma noção que a concebe como um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem utilizam os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, na busca de saída das ruas (SILVA, 2009, p. 262).

Pôde-se concluir que as razões pelas quais as pessoas chegam à situação de rua são provenientes de diversos fatores, mas todos sofrem influência da questão social na atualidade. O desemprego, a falta de formação escolar e profissional, os conflitos familiares, a violação dos direitos, a ausência de moradia, etc. todos estes agravos contribuem para o risco social e podem ser considerados como expressões da questão social.

É preciso avaliar que a cena contemporânea é cercada de problemas de diversas ordens que conformam a questão social. Estas expressões afetam a população em todos os sentidos, nas dificuldades de acesso aos direitos sociais, ou na violação destes. A questão social aparece para o indivíduo em forma de pobreza, desigualdade social e exclusão social, debilitando suas estruturas, rompendo seus vínculos familiares e o debilitando de forma a levá-lo ao risco social, seja por dependência de drogas, situação de rua, ou até envolvimento com a criminalidade. As alternativas a uma solução concreta e significativa para o enfrentamento da questão social existente na população em situação de rua ainda é um desafio. Entretanto, o cerne desta problemática está na luta por políticas públicas eficazes, de olhar macroestrutural, preocupadas com a mudança da ordem societária atual.

Propõe-se como tarefa primordial o estímulo ao controle democrático de iniciativa popular junto aos movimentos sociais e a classe trabalhadora, pela defesa e permanência da democracia alcançada, que possibilita aos demais setores da sociedade a participarem das decisões públicas e lutar por direitos históricos e fundamentais à vida em sociedade. Assim, a construção de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua poderá exercer um maior alcance e efeito em suas intervenções, trazendo melhores resultados e reduzindo os massivos agravos da questão social. Por ora, frente às imposições do capitalismo financeiro e do ideário neoliberal, as possíveis soluções existentes se resumem à materialização das

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

políticas nacionais existentes que atendem certa proteção social à população em situação de rua – Sistema Único de Assistência, Sistema Único de Saúde e a própria Política Nacional para População em Situação de Rua.

Referências

ARGILES, M. S; SILVA, V. R. Assistência social e população em situação de rua. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** 2008. Disponível em: <http://www.rederua.org.br/pub/polnac_inclsoc.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

COSTA, A. C. S. *et al.* Trajetória de vida e sociabilidade entre a população LGBT em situação de rua de São Paulo. In: Seminário Violar, 1.. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2010.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 1891. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

KOGA, D. ALVES, V. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. IX, n. 9, jul. 2010

MARX. K. **O Capital.** V. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

META (Instituto de Pesquisa de opinião). **Relatório final.** Pesquisa Censitária e Amostral. População em situação de rua, 2008.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil.** Texto para discussão / Instituição de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2016.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A. Criminalização da mendicância e a realidade da população de rua do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13. **Anais...** Brasília: CBAS, 2010.

População em situação de rua: uma análise sobre as estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social

REIS, M. F.; DUTRA, C. M. A atenção social à população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: desafios à política de Assistência Social. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 6. São Luís: UFMA, 2013.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Recebido em: 16/08/2019
Aprovado em: 04/03/2020